



## MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

===Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, pelas dez horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, estando presentes **Joviano Martins Vitorino, Manuel António Poupas Carola, Francisco António Martins dos Reis, João Rafael Gorgulho Nisa e Romão Buxo da Trindade**, sendo o primeiro **Presidente** e os restantes **Vereadores da Câmara Municipal de Alter do Chão**, comigo **Rui Manuel Pista Nunes d'Oliveira, Chefe da Unidade Orgânica Flexível de Administração Geral, Educação, Cultura e Desporto**. -----

===Os trabalhos iniciaram-se com a aprovação da ata da reunião ordinária de 06 de fevereiro de 2015, a qual foi aprovada por unanimidade. O Senhor Vereador Romão Trindade apresentou a seguinte Declaração: “A CDU discorda completamente do esclarecimento prestado pelo Sr. Presidente a propósito da não realização do festival Romano. Nunca dissemos que o festival Romano e a arqueologia eram criações ou invenções da CDU, apenas procurámos desenvolver e dinamizar esta área cultural. Também não confundimos o trabalho desenvolvido pelos trabalhadores da Câmara com a sua participação em listas candidatas às autarquias, não nos ajeitamos a prestar favores e repudiamos estas insinuações. A CDU continua a pensar que, os outros eventos que a Câmara realiza e que são diversos e dirigidos a vários tipos de público, mesmo dando prejuízos, não distinguem, não diferenciam, nem valorizam Alter do Chão. É óbvio que houve um compromisso e por isso algumas propostas apresentadas pela CDU foram integradas no Orçamento e nas GOP's para 2015, merecendo assim a nossa aprovação. A CDU bate-se pelos interesses da população do concelho, procura combater a mediocridade e quer projetar e afirmar Alter do Chão como um concelho atraente e atrativo onde seja agradável viver”. -----

===Foi tomado conhecimento, através do Resumo Diário de Tesouraria do dia 20 de fevereiro de 2015. Nesta data, o saldo em dinheiro era de: Operações Orçamentais: **Quinhentos e três mil quatrocentos e quinze euros e noventa e sete cêntimos**; Operações de Tesouraria: **Duzentos e dois mil e dezoito euros e quarenta e sete cêntimos**.-----

#### Período de Antes da Ordem do Dia

===Foi presente o seguinte Requerimento, apresentado pelos Senhores Vereadores do PS: “Os vereadores do Partido Socialista, requerem que seja agendado para a próxima reunião de Câmara, que se realizará no dia 23 de Fevereiro de 2015, o seguinte: - **Apreciação, a discussão e respetiva decisão da forma a adotar, para a resolução das dívidas existentes à data de 31 de Janeiro de 2015. Todas as dívidas serão abordadas, sem exceção. Assuntos desta natureza e complexidade requerem esclarecimentos claros e simplificados, por parte dos colaboradores, que têm à sua responsabilidade esta tarefa. Assim sendo requeremos a presença, de todos os funcionários que, de alguma forma, têm ação direta nesta matéria. A abordagem agora solicitada poderá realizar-se antes do período da ordem do dia ou como ponto autónomo. Requer-se ainda a entrega, tão célere quanto possível, de toda a documentação que se entenda necessária, para análise dos assuntos a tratar, nomeadamente: dívidas de rendas em atraso tanto habitacionais como as de natureza comercial ou empresarial; dívidas de fornecimento**”

de água, recolha de resíduos e respetivas taxas; fornecimento de energia e gás; dívidas de serviços prestados; fornecimento de refeições; transportes e outros aqui não especificados". Foi entregue aos Senhores Vereadores toda a informação solicitada, a qual foi analisada. O Senhor Presidente informou que os devedores têm sido oficiados, algumas dessas dívidas têm seguido para tribunal, outras têm-se chegado a acordo para pagamento das mesmas, que iria criar um grupo de trabalho para gerir a questão das dívidas e que as que não se resolverem de forma amigável, irão para contencioso. O Senhor Vereador Francisco Reis disse que esta é uma matéria gravíssima. A atual gestão da Câmara tem que tratar devidamente este assunto. Há funcionários da Câmara disponíveis para controlar esta situação. Deverá ser criada uma estratégia que não permita o aumento da dívida e, se possível, vir a cobrar uma grande parte. Segundo os dados da conta de gerência de 2004 as dívidas de terceiros eram de 14.000,00€ aproximadamente. Analisando os documentos atuais, a dívida ascende a 114.000,00€. O Senhor Presidente salientou que importa não esquecer que o acréscimo do valor da dívida em rendas, também se prende com a transferência dos Bairros Sociais do IHRU que também transferiram a dívida em cerca de 70.000,00€. O Senhor Vereador Francisco Reis disse que esta é uma matéria, complexa gravíssima, e cria desigualdades de tratamento nos cidadãos. Cabe a atual gestão da Câmara como não pode deixar de ser, criar, planificar e montar a estratégia para reduzir drasticamente, o valor enorme a que a dívida de terceiros chegou. Há de certeza nos quadros de Câmara recursos humanos disponíveis para tratar da situação a que chegámos. Deverá ser criada por si senhor Presidente uma política, que não permita o aumento da dívida. Segundo os dados da conta de gerência de 2004 a dívida de terceiros era de 14.000,00€ aproximadamente. Após análise aos documentos atuais que nos foram agora entregues, a dívida ascende a 114.000,00€, como é que se chegou a este valor astronómico? Estamos a falar de aumento de 1 000% em dez anos, Senhor Presidente. O Senhor Vereador Romão Trindade referiu que este assunto é muito sensível e que deve ser tratado com algum cuidado, de modo a que nenhuma criança seja privada do almoço por dívidas dos pais. O Senhor Vereador Francisco Reis disse que é inaceitável que existam dívidas de água. As decisões que aqui toma e as propostas que apresenta, são sempre no sentido de salvaguardar os superiores interesses da população. Viu-se obrigado a participar recentemente na decisão de aumentar a água, não aceita de forma alguma, que haja consumidores que não cumpram com as obrigações, quando se trata de um produto de primeira necessidade. Afirmou que se a dívida referente ao consumo de água, não for reduzida para valores aceitáveis nos próximos meses, ver-se-á obrigado a fazer um apelo junto da população para que ninguém liquide a sua fatura de fornecimento de água. O Senhor Presidente informou que reuniu já com os técnicos da EPAL no sentido de fazer um estudo que venha a reduzir as perdas de água na rede de distribuição. O Senhor Vice-Presidente referiu que a água é um caso à parte. Todas as outras dívidas devem ser tratadas da mesma maneira pelo grupo de trabalho a constituir. As pessoas devem ser notificadas e se não cumprirem devem ser instaurados processos judiciais. Entende também que este grupo de trabalho terá de tentar um contacto pessoal com os devedores, no sentido de pagarem as dívidas referentes a prestações de serviços. O Senhor Vereador Francisco Reis requereu ao Senhor Presidente que de futuro, na primeira reunião de cada mês do executivo, seja presente a informação dívidas a terceiros à data do fim do mês anterior, afim de se analisar a evolução do serviço da dívida. O Senhor Vereador Romão Trindade entende que a questão das rendas habitacionais é a grande dívida e não vê que seja



*[Handwritten signatures and initials]*

## MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

de fácil resolução. O Senhor Presidente esclareceu que já foram feitas notificações judiciais a alguns rendeiros com dívidas. -----

===De seguida entrou-se na Ordem do Dia: -----

- PONTO UM: Informações do Senhor Presidente da Câmara Municipal; -----
- PONTO DOIS: Informações e Pedidos de Esclarecimento dos Senhores Vereadores; ----
- PONTO TRÊS: 1.ª Revisão ao Orçamento e GOP's/2015; -----
- PONTO QUATRO: 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal/2015; -----
- PONTO CINCO: Projetos de Obras; -----
- PONTO SEIS: Propostas dos Membros do Executivo; -----
- PONTO SETE: Deliberações Diversas; -----
- PONTO OITO: Expediente; -----

### PONTO UM – INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

===O Senhor Presidente informou que: -----

A) – Entregou toda a documentação solicitada pelos Senhores Vereadores do PS, relativamente aos concursos relacionados com a arqueologia e antropologia. Referiu que não lhe parece bem que os Senhores Vereadores solicitem processos de mandatos anteriores, os quais foram já fiscalizados, quer pelas respetivas assembleias municipais quer por inspeções do IGAL. Mais informou que o advogado é avençado da Câmara há 18 anos, o qual tem tido um sucesso de cerca de 100%. Exemplificou fazendo a identificação de vários processos em que a Câmara ganhou as ações em tribunal. -----

B) – Entregou aos Senhores Vereadores do PS a listagem das ajudas de custos e horas extraordinárias do mês de janeiro e cópia autenticada da ata da reunião extraordinária de 28 de janeiro de 2015. -----

C) – No dia 09 de fevereiro reuniu, juntamente com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na ULSNA, com o objetivo de alertar da necessidade de, no mais breve prazo possível, seja colmatada a falta de médicos em Alter. Nesta reunião foram informados que o conselho Diretivo está empenhado em contratar médicos o mais rápido possível, mas que não tem sido fácil, estão na disponibilidade de contratar empresas que possam disponibilizar médicos. Informou ainda que até ser possível contratar um médico a tempo inteiro para o Centro de Saúde, o serviço estará assegurado por médicos dos Centros de Saúde limítrofes.

D) – No dia 11 reuniu no agrupamento de escolas, juntamente com o Senhor Vice-Presidente a fim de avaliar a questão dos transportes escolares. A partir do próximo mês de março, a Câmara irá assegurar todos os transportes dos alunos até Alter do Chão, poupando cerca de 40.000,00€ por ano, que era o valor que estava a ser pago à rodoviária nacional. -----

2w  
H  
a

E) – No dia 12 estive em Coimbra, juntamente com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, num debate organizado pela ANMP sobre a temática da reorganização do setor das águas em Portugal. -----

F) – No dia 18 recebeu o Senhor Bispo da Diocese de Portalegre e Castelo Branco, na Câmara Municipal. Foi feita uma apresentação dos serviços e realizou-se uma visita ao Palácio do Álamo. -----

G) – No dia 19 reuniu, por teleconferência, a COMAC (Comissão de Autorização Comercial do Alto Alentejo), a Câmara de Portalegre, um técnico da CCDRA e um técnico do Ministério da Economia, sobre a prorrogação do prazo de implantação de uma superfície comercial em Portalegre. -----

H) – No dia 20 realizaram-se as comemorações do Dia da Junta de Freguesia de Cunheira.

I) – No dia 25 irá iniciar-se a BTL, na qual o município estará representado. O Grupo de Cantares “Abelterium” irá ali atuar no próximo dia 28. -----

**PONTO DOIS – INFORMAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO DOS SENHORES VEREADORES**

UM: Senhor Vice-Presidente: -----

A) – Informou que está concluída a candidatura do Centro Escolar, referente aos toldos e iluminação exterior. -----

B) – Mais informou que foi feito um levantamento aos furos artesianos, concluindo que são necessárias pequenas obras de manutenção e marcação dos perímetros de segurança das captações. -----

DOIS: Senhor Vereador Romão Trindade colocou as seguintes questões: -----

A) – O assunto relativo à paragem dos autocarros da rodoviária já está tratado? O Senhor Presidente esclareceu que esse assunto está já tratado com a Rodoviária Nacional e que a empresa informou que implementou a nova paragem junto ao Castelo. -----

B) – Teve conhecimento que houve um jantar do futebol e que a Câmara se fez representar por funcionários, é verdade? O Senhor Presidente esclareceu que, no âmbito da cedência do Cine-Teatro à Associação de Treinadores do Distrito de Portalegre, para um colóquio sobre o treino no futebol, organizado por esta Associação, o Município custeou um jantar para os palestrantes do Colóquio. Não lhe foi possível estar presente e entendeu indicar o funcionário que iria acompanhar os trabalhos no Cine-Teatro, para acompanhar as pessoas convidadas no jantar. Mais informou o Senhor Vereador que a cedência do Cine-Teatro, não implica, como é natural, a sua presença ou de qualquer membro da Câmara, mas que por cortesia aos visitantes, indicou um funcionário para os acompanhar. -----



## MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

C) – Há Múncipes que fazem obras e têm que solicitar contadores de obras, existem outros a quem a água é fornecida por cisterna, porquê? O Senhor Vice-Presidente disse que a obra está a decorrer e por inoperacionalidade da Câmara em fazer o ramal em tempo útil, enviou para lá uma cisterna. O que fez por este Múncipe fará por qualquer outro. -----

D) – Como está a situação da estrada vedada para Alter Pedroso? O Senhor Presidente respondeu que o assunto aguarda parecer da CCDRA. -----

E) – Como está a situação da casa degradada da família Cristiano? O Senhor Vice-Presidente esclareceu que foi feita uma limpeza sumária. -----

F) – Quem define o programa das festas de Cavalos e Toiros em Abril? E são apresentadas contas no final? O Senhor Presidente esclareceu que é a Câmara que organiza e que de todos os eventos organizados pela Câmara, será sempre feito um relatório financeiro. -----

**TRÊS: Senhor Vereador João Nisa:** -----

A) – Referiu que os Vereadores deverão ser sempre informados sobre a utilização do Pólo da UE. Apercebeu-se de que o mesmo estava a ser utilizado na última sexta-feira, lamentando que o pedido de utilização não tenha sido apresentado em tempo útil, por forma a que o executivo tivesse conhecimento. Referiu ainda que não teria qualquer problema em autorizar esse pedido. O Senhor Presidente esclareceu que eram cerca de 36 jovens universitários ligados à religião católica, que fizeram voluntariado nas IPSS do Concelho. Lamenta que o pedido não tenha chegado atempadamente, daí que tenha dado conhecimento desta circunstância, aos Senhores Vereadores por email. -----

B) – Lamentou que, mais uma vez, os Vereadores não tenham sido convidados para as comemorações do Dia da Freguesia de Cunheira. É já o segundo ano em que tal acontece. O Senhor Presidente disse que foi com certeza um défice de organização, e que iria informar o Senhor Presidente da Junta. -----

C) – Perguntou como está a decorrer a revisão dos Regulamentos dos espaços culturais do Município? O Senhor Presidente informou que está a ser feita, sendo que a mesma é morosa, solicitando mais uma vez contributos aos Senhores Vereadores. -----

D) – Perguntou sobre se houve algum problema na piscina municipal de Alter do Chão. O Senhor Vice-Presidente disse ter havido um problema na reposição do gás, no que diz respeito à manutenção da temperatura. -----

**QUATRO: Senhor Vereador Francisco Reis** questionou o seguinte: -----

A) – Não é a primeira vez, que constata o envio e consequentemente a receção por parte da Câmara, de documentos endereçados ao Sr. Presidente da Câmara, sem qualquer referência ao remetente. A propósito disso por diversas vezes, o Vereador Romão Trindade, se referiu, mas pelos vistos não surgiu qualquer efeito, como é o caso em apreço. Rececionou um



documento que não é um requerimento, mas sim uma descrição dos apoios necessários para uma coisa que se denomina de " Missão País". Manifestou o seu desagrado ao Sr. Presidente, por mais este episódio de entre muitos, e são mesmo muitos. Mais uma situação, em que, quando lhe dão conhecimento, o facto está consumado, é o habitual. Estivemos mais uma vez perante um exemplo de documento sem qualquer remetente. Sr. Presidente, como se disponibiliza um espaço, como o Pólo, quando a única referencia que consta no documento, são dois números de telemóvel e respetivos utilizadores, com nomes abreviados? Caso surja problemas, a quem se solicitava responsabilidades? Situações idênticas não poderão de forma alguma voltar a verificar. O Senhor Presidente referiu que "Missão País" já se realiza há vários anos em vários Concelhos do País, é organizada por alunos e tem o patrocínio da Igreja Católica. Este pedido foi feito informalmente e logo que tomou conhecimento das datas foi enviado o mail para os Senhores Vereadores e informação para conhecimento. -----

B) - Rececionou através de mail, enviado do seu gabinete por indicação sua, a proposta de programa da visita do Sr. Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Dr. Pedro Mota Soares ao Distrito Portalegre, a 27 de Fevereiro de 2015. No programa está previsto a inauguração da ampliação da ERPI da Associação Centro de Apoio à Terceira Idade Santo Estêvão, pelas 16 horas. Na sequência dos esclarecimentos, prestados na reunião de 06 de Fevereiro, pelo responsável da Associação Sr. Jorge Correia ficou com a sensação que para além dos valores que a instituição inicialmente avançou, recorreu a empréstimo bancário no montante de € 200 000,00. O Município através do protocolo então proposto e aprovado acordou em subsidiar aquele investimento num montante na ordem dos € 100 000,00, mais coisa menos coisa. A obra encontra-se concluída, o Município já transferiu o valor total acordado. Perguntou ao Sr. Presidente, qual o montante da participação do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, em todo este processo? O Senhor Presidente respondeu que as IPSS dependem financeiramente da Segurança Social, no que respeita à celebração de acordos. A Câmara outorgou um Protocolo com esta Associação, no sentido de ajudar financeiramente. A instituição apresentou uma candidatura ao PRODOR, que foi bastante inferior ao valor financeiro necessário. A Segurança Social não participou a ampliação do Lar. No decorrer da obra concluiu-se que era necessário alterar-se o projeto, como por exemplo, a construção de um elevador exterior para transporte de camas. Neste novo Quadro ir-se-á avaliar a possibilidade de apresentar nova candidatura que financie as despesas realizadas em 2014, que minimizem as despesas da Associação. A Segurança Social não participou a obra. A Câmara Municipal participou em cerca de 180.000,00€.--

C) - A integração de jovens no mercado de trabalho e a melhoria das suas qualificações através da concretização de estágios profissionais é uma prioridade das atuais políticas públicas. Os programas de estágios profissionais na Administração Pública enquadram - se no âmbito das Políticas ativas de emprego previstas no Programa do XIX Governo Constitucional e visam cumprir os objetivo e medidas do Plano Nacional de Implementação de uma garantia Jovem, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n. 104/2013, de 31/12. As pré candidaturas das entidades Autárquicas para a promoção de estágios ao abrigo da 5 edição do programa decorreram entre os dias 22 de Dezembro de 2014 e 23 de Janeiro de 2015. Consultando o Despacho n. 1402/2015 de 11 de Fevereiro do Secretário de Estado da Administração Local, constatei que o Município de Alter do Chão, há semelhança dos



## MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

municípios de Avis e Campo Maior, no Distrito de Portalegre não lhes foram distribuídos quaisquer estagiários. Sr. Presidente não candidatou o nosso concelho ao PEPAL - Programa de Estágios por falta de informação, por desconhecimento ou simplesmente porque assim decidiu? Solicito que me esclareça a situação. O Senhor Presidente disse que teve conhecimento deste assunto, porém a Câmara não teria qualquer intervenção na colocação dos estagiários. O concurso é a nível nacional, o que implica que poderia ser colocado um estagiário de qualquer ponto do País. Falou sobre este assunto com diversos responsáveis pelos Serviços da Câmara, assim como com o Senhor Vice-Presidente e foi decidido não participar, este ano, no programa PEPAL. -----

D) – Relativamente à situação que se vive atualmente no Centro de Saúde de Alter, a falta de médicos é um problema para o qual terá que se encontrar uma solução. Sugeriu que se convoque uma conferência de imprensa. Para além disso deverá o Senhor Presidente solicitar uma audiência ao Ministro da Saúde ou ao Secretário de Estado. Está convencido que juntos se conseguirá arranjar ou acelerar uma solução. O Senhor Presidente referiu a reunião que teve na ULSNA, onde lhe foi garantido que o assunto está a ser tratado. Atualmente contamos com o serviço assegurado no Centro de Saúde com médicos dos Centros de Saúde vizinhos.

E) - Como Alterense e Autarca, não podia de maneira alguma, deixar de manifestar hoje e aqui em sede reunião de Câmara, a minha total indignação, pela atitude, pelo comportamento e procedimento, da Senhora Ministra da Agricultura e Pescas, Assunção Cristas. A Sr. Ministra no passado Sábado dia 21/02, realizou uma visita de carácter oficial à unidade hoteleira Torre de Palma Wine Hotel, cujo objetivo era e foi a apresentação do "Roteiro do Cavalo Lusitano" referem algumas notícias, outras referem que se tratou de uma visita inserida no "Roteiro do Cavalo Lusitano". A Sra. Ministra ao usar da palavra afirmou que é sua ambição cito "potenciar o turismo equestre no país". Explicou que o objetivo deste Roteiro, cito "é mostrar a importância que o turismo equestre pode representar para Portugal". Frisou que com "profissionalismo, muito trabalho e determinação" é possível potenciar mais este sector, no sentido de criar " cada vez mais em Portugal um bom destino turístico, para o sector equestre. Afirmou ainda a Sr. Ministra que o "Cavalo Lusitano, o clima é a gastronomia " são os três fatores que irão afirmar o turismo equestre no País. Sr. Presidente, Sr. Vereadores estas afirmações, são chavões, que todos nós, e eu em particular já me habituei a ler e a ouvir. Os resultados já todos temos a convicção quais são, retórica e mais retórica. O que se pede e espera da Sr. Ministra é ação e não conversa. Mas o que me magoa, o que me desilude, o que me entristece e incomoda, foi a Sra. Ministra não ter escolhido, optado pela Coudelaria de Alter do Chão, para apresentar ou iniciar o dito Roteiro. Este facto, esta atitude da Sr. Ministra é bem representativa do interesse que a senhora tem pela instituição Coudelaria, se dúvidas as havia elas ficaram esclarecidas. A Coudelaria de Alter para estes governantes é um fardo, é uma pedra no sapato. Mas eu e vós não iremos permitir que se esqueçam da nossa joia. Lamento, que se tenha usado um Plano Nacional, que me parece uma excelente ideia, para uma ação de charme de carácter político ou partidária. Só se pode compreender este procedimento da Sr. Ministra, pelo facto que se compararmos, a qualidade, o ambiente, a limpeza, a conservação, a apresentação, o cuidado, etc, da unidade hoteleira por si escolhida, com o estado de degradação, abandono, desleixo e esquecimento a que Sra. Ministra e os seus pares deixaram chegar a Coudelaria de Alter. Ficar-lhe-ia muito mal e

seria continuamente criticada por esse facto. Não me restam dúvidas em afirmar que a situação da Coudelaria, só se alterará, com uma mudança de governantes, caso tenham essa vontade, porque com estes já lá não vamos. O Senhor Presidente informou que foi convidado para estar presente, mas não aceitou o convite. Presume que o Hotel convidou a Senhora Ministra para dar uma outra projeção à atividade equestre que dinamiza. O Senhor Vereador Romão Trindade disse que esta circunstância é reveladora do que representa Alter do Chão para estes Governantes. -----

===Neste ponto da ordem do dia, foi a sessão interrompida para almoço, sendo retomada às 14h30. -----

### PONTO TRÊS – 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S/2015

Deliberação N.º555

===Foi presente, para apreciação e deliberação, a 1.ª Revisão ao Orçamento e GOP's para o ano de 2015. --- **Deliberado por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores do PS, aprovar a presente revisão ao Orçamento e GOP's para 2015.** -----

### PONTO QUATRO - 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL/2015

Deliberação N.º556

===Sobre o assunto em apreço, foi presente a seguinte Proposta: “Considerando que: Nos termos do artigo 3º da Lei nº 209/2009, de 03 de setembro, os mapas de pessoal são aprovados, mantidos ou alterados, nos termos da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, sendo que no caso dos municípios esta competência cabe à Assembleia Municipal; O n.º 1 do artigo 29.º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, refere claramente que os serviços planeiam, aquando da proposta de orçamento, as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução, as eventuais alterações a introduzir nas unidades orgânicas flexíveis, bem como o respetivo mapa de pessoal; Estas alterações ao mapa de pessoal têm sempre por horizonte as atribuições dos municípios tal como estas se encontram legalmente previstas, assim, e no cumprimento deste dispositivo legal, não serão aditados no mapa de pessoal postos de trabalho mas a extinção do posto de trabalho pelo motivo de pensão por invalidez, que abaixo se discrimina: - Um lugar de Assistente Operacional (Cantoneira de Limpeza), afeta ao Sector de Obras e Serviços Urbanos - Divisão de Obras e Serviços Urbanos; **Proponho** a seguinte correção: O posto de trabalho acima mencionado não se encontrava já preenchido na data de 31 de dezembro de 2014, devido ao deferimento da pensão de invalidez embora com data de início em 05 de agosto, somente o expediente ter dado entrada no Setor de Administrativo, de Receita e Expediente, na data de 7 de novembro (ofício n.º 500.017, de 31/10/2014, do Centro Nacional de Pensões), após ter ocorrido depois da aprovação pelo órgão executivo do mapa de pessoal em 29 de outubro de 2010. No ano de 2014, o mapa de pessoal tinha um total de 153 postos de trabalho entre ocupados e vagos, e o mapa de pessoal para 2015 terá um total de 146 postos de trabalho entre ocupados e vagos. Nestes termos proponho ao Executivo Municipal que, após apreciação da presente proposta, e caso mereça deliberação favorável, delibere remeter a mesma, assim como o mapa de pessoal que se lhe encontra anexo, juntamente com os documentos previsionais, à



*[Handwritten signatures and initials]*

## MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

Assembleia Municipal para que este órgão, no uso da competência prevista no artigo 3.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, assim como nos termos previstos na alínea a) do nº 2 do artigo 35.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibere, após apreciação destes documentos, aprovar a 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal para 2015”. --- **Deliberado por unanimidade aprovar a presente Proposta.** -----

### PONTO CINCO - PROJETOS DE OBRAS

#### Deliberação Nº.057

**UM: Armazém de Fitofarmacêuticos – Projeto de Arquitetura.** -----  
==Foi presente, para apreciação e decisão, o projeto de arquitetura em apreço. – Do processo consta o seguinte parecer do Responsável pela UOFOUSU: “Visto. Propõe-se a aprovação do presente projeto de arquitetura em sede de reunião de câmara”. --- **Deliberado por unanimidade aprovar o presente projeto de arquitetura, de acordo com o parecer emitido.** -----

#### Deliberação Nº.058

**DOIS: Francisco Clara do Nascimento – Legalização de Habitação Unifamiliar – Projeto de Arquitetura.**-----  
==Foi presente, para apreciação e decisão, o projeto de arquitetura em apreço. – Do processo consta o seguinte parecer do Responsável pela UOFOUSU: “Visto. Propõe-se a aprovação do presente projeto de arquitetura em sede de reunião de câmara”. --- **Deliberado por unanimidade aprovar o presente projeto de arquitetura, de acordo com o parecer emitido.** -----

#### Deliberação Nº.059

**TRÊS: Herdade do Papa Leite – Construção de Pavilhão Agrícola – Projeto de Arquitetura.** -----  
==Foi presente, para apreciação e decisão, o projeto de arquitetura em apreço. – Do processo consta o seguinte parecer do Responsável pela UOFOUSU: “Visto. Propõe-se a aprovação do presente projeto de arquitetura em sede de reunião de câmara”. --- **Deliberado por unanimidade aprovar o presente projeto de arquitetura, de acordo com o parecer emitido.** -----

#### Deliberação Nº.060

**QUATRO: Junta de Freguesia de Cunheira – Construção de Cobertura – Projeto de Arquitetura.** -----  
==Foi presente, para apreciação e decisão, o projeto de arquitetura em apreço. – Do processo consta o seguinte parecer do Responsável pela UOFOUSU: “Visto. Propõe-se a aprovação do presente projeto de arquitetura em sede de reunião de câmara”. --- **Deliberado por unanimidade aprovar o presente projeto de arquitetura, de acordo com o parecer emitido.** -----

Deliberação Nº.061

**CINCO: Projeto de Alteração do Refeitório e dos Balneários do Parque de Máquinas da Câmara Municipal de Alter do Chão.** -----

===Foi presente, para apreciação e decisão, o projeto de arquitetura em apreço. – Do processo consta o seguinte parecer do Responsável pela UOFOUSU: “Visto. Propõe-se a aprovação do projeto de arquitetura em sede de reunião de câmara, no uso das competências previstas na alínea f) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12/09”. --- **Deliberado por unanimidade aprovar o presente projeto de arquitetura, de acordo com o parecer emitido.** -----

Deliberação Nº.062

**SEIS: Plano de Urbanização da Vila de Alter do Chão – Proposta de Discussão Pública.**

===Sobre o assunto em apreço, foi presente a informação n.º52 da UOFOUSU, onde propõe a submissão do Plano de Urbanização da Vila de Alter do Chão ao período de Discussão Pública, em sede de reunião de câmara, de acordo com o artigo 77.º do DL n.º46/2009, de 20/02. – Do processo consta o seguinte parecer do Responsável pela UOFOUSU: “Visto. Propõe-se a abertura de um período de discussão pública em sede de reunião de câmara, conforme prevê o artigo 77.º do DL n.º46/2009, de 20/02”. --- **Deliberado por unanimidade submeter o Plano de Urbanização da Vila de Alter do Chão ao período de discussão pública.** -----

**PONTO SEIS – PROPOSTAS DOS MEMBROS DO EXECUTIVO**

Deliberação Nº.063

**UM: Atribuição de Auxílios Financeiros às Coletividades sediadas no Concelho/2015.**---

===Sobre o assunto em apreço, foi presente a seguinte Proposta: “Considerando os cortes que os sucessivos orçamentos de estado têm imposto às Autarquias Locais, nos últimos anos, em termos de transferências de fluxos financeiros que permitam assegurar a sua autonomia administrativa e financeira. Considerando o grave problema que o abastecimento público de água às populações, através de sistemas criados por decreto e sustentados em contratos leoninos extraordinariamente lesivos em termos financeiros para os Municípios. Considerando os constrangimentos financeiros que as situações referenciadas provocam no orçamento municipal, conjugados com o sempre reconhecido excelente trabalho desenvolvido pelas Associações do Concelho, há que, em meu entender, encontrar plataformas de sustentabilidade que permitam às Associações manter o extraordinário desempenho que vêm tendo em termos do desenvolvimento cultural, desportivo, recreativo e outros no Concelho, e as disponibilidades financeiras da Autarquia. Assim **proponho** ao Executivo Municipal que não dê provimento ao que se encontra estabelecido no artigo 4.º e que nos termos do artigo 6.º conjugado com o artigo 9.º do Regulamento para Atribuição de Auxílios Financeiros às Coletividades sediadas no Município, possa alterar os valores dos acréscimos estatuídos, mantê-los, ou ainda alterar a base de incidência dos mesmos em função da análise individual, aos seus planos de atividades e relatórios de contas”. --- **Deliberado por unanimidade aprovar a presente Proposta. Considerando as fortes restrições financeiras a que a Câmara não é alheia e após análise ponderada de toda a**



## MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

informação prestada pelas diversas Associações, foi deliberado por unanimidade atribuir os seguintes subsídios às coletividades do Município para o ano de 2015: -----

---ADA – 10.000,00€

---AARF – 4.000,00€

---BTT – 4.000,00€

---ADPAC – 2.000,00€

---Associação Cão Serra D'Aires – 2.000,00€

---BMA – 15.000,00€

---Clube de Natação – 2.000,00€

---Coral Polifónico – 8.000,00€

---GAC – 7.000,00€

---Grupo de Forcados – 6.000,00€

---Percurso Futuro – 2.000,00€

---Rancho Folclórico – 7.000,00€

---Tertúlia Troféu – 2.000,00€

---Universidade Sénior – 5.000,00€

--- Mais foi deliberado, também por unanimidade, que a disponibilização total das verbas, fica dependente da análise da execução do plano de atividades. -----

### PONTO SETE – DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Deliberação Nº.064

**UM: Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Portalegre – Colheita de Sangue.**

===Foi presente o ofício n.º11 de 12 de fevereiro corrente, da entidade em apreço, solicitando autorização para a realização da colheita de sangue, no próximo dia 14 de março, assim como o apoio idêntico às colheitas em anos anteriores. --- Deliberado por unanimidade concordar com a data proposta, assim como oferecer o almoço aos dadores. -----

Deliberação Nº.065

**DOIS: Banda Municipal Alterense – Organização das Festas de Verão de 2015, em Alter do Chão.** -----

===Foi presente o ofício n.º7 de 10 de fevereiro corrente, da BMA, propondo-se organizar as Festas de Verão de 2015, entendendo poderem refletir-se numa ajuda às despesas que têm com o funcionamento daquela coletividade. --- Deliberado por unanimidade concordar com o proposto. -----

Deliberação Nº.066

**TRÊS: Cemitério Municipal de Alter do Chão – Exumações.** -----

===Sobre o assunto em apreço, foi presente a informação n.º5 do Setor Administrativo de Receita e Expediente, com o seguinte teor: “Estipula o Regulamento do Cemitério Municipal no seu artigo n.º28, n.º1 que: “Passados cinco anos sobre a data da inumação, poderá proceder-se à exumação”, artigo este revogado pelo artigo 21.º do Decreto-Lei n.º411/98, de 30/12 (passando o prazo para 3 anos). No número 2 do mesmo artigo, pode ler-se: “Logo que seja decidida uma exumação, a Câmara emitirá aviso ou edital, conforme se conheça ou não o paradeiro dos interessados, convidando estes para acordarem com os

Handwritten signatures and initials in the top left corner.

serviços do cemitério, no prazo de 15 dias, quanto à data em que aquela terá lugar e sobre o destino das ossadas”. Tendo-se consultado os ficheiros desta Câmara Municipal, informo V.Exa. que, as sepulturas abaixo indicadas encontram-se nas condições estabelecidas no referido artigo. Talhão n.º5 – Sepultura n.º293; Talhão n.º10 – Sepultura n.º24; Talhão n.º15 – Sepulturas n.ºs 17 e 26; Talhão n.º16 – Sepulturas n.ºs 25 e 27; Talhão n.º17 – Sepulturas n.ºs 7, 13 e 21; Talhão n.º18 – Sepulturas n.ºs 18, 20, 21, 22 e 26; Talhão n.º19 – Sepulturas n.ºs 3, 5, 6, 7, 9, 10 e 11”. --- **Deliberado por unanimidade proceder em conformidade.**---

Deliberação Nº.067

**QUATRO: Concurso Público para o Direito de Cessão de Exploração do Restaurante, Bar e Esplanada das Piscinas Municipais de Alter do Chão – Adjudicação.** -----  
===Sobre o assunto em apreço, foi presente o Relatório Final, após o período de audiência prévia aos interessados. --- **Deliberado por unanimidade aprovar o relatório final e adjudicar a exploração do restaurante, bar e esplanada das piscinas municipais a Luís Manuel Anastácio Grilo.** -----

Deliberação Nº.068

**CINCO: Proposta para Reciclagem de Papel.** -----  
===**Deliberado por unanimidade retirar este assunto da ordem do dia.** -----

Deliberação N.º069

**SEIS: Protocolo entre a AMA e o Município de Alter do Chão – Balcão do Empreendedor.** -----  
===Foi presente, para apreciação e aprovação, o protocolo em apreço que visa regular o sistema de pagamentos eletrónicos a utilizar pelo Município na cobrança de taxas relativas a serviços disponibilizados no Banco do Empreendedor e ainda os mecanismos de atualização de taxas e outros conteúdos informativos. – Do processo consta o seguinte parecer do **Chefe da UOFAGECD**: “O presente protocolo, à semelhança dos anteriores, carece de deliberação do executivo municipal e da assembleia municipal”. --- **Deliberado por unanimidade aprovar a presente minuta de protocolo.** -----

Deliberação N.º070

**SETE: Rádio Campanário – Pedido de autorização para colocação de pendões.** -----  
===Foi presente um ofício datado de 29 de janeiro último, da **Rádio Campanário**, solicitando autorização para a colocação de pendões alusivos a um espetáculo de beneficência em Vila Viçosa, no próximo dia 14 de março. Informam que procederão à retirada dos mesmos logo após o evento. --- **Deliberado por unanimidade autorizar a colocação de pendões nas condições propostas, assim como isentar do pagamento das taxas devidas.** -----

Deliberação N.º071

**OITO: Fernando José Rita Cabaço – Alienação de Imóvel – Requerimento.** -----  
===Foi presente um requerimento datado de 12 de fevereiro corrente, de **Fernando José Rita Cabaço**, onde requer o seguinte: - uma certidão da deliberação camarária onde conste a autorização da venda do imóvel sito na Rua de St. António, n.º 12 em Alter do Chão; - que



## MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

sejam retiradas todas as reservas de propriedade relativas àquele imóvel, visto que o mesmo será pago na totalidade no ato da escritura e o cancelamento do ónus de ineabilidade a favor do Banco Montepio Geral, nos primeiros 5 anos após a escritura. – Do processo consta o seguinte parecer do **Chefe da UOFAGECD**: “O pedido em causa prende-se com o facto de, na Conservatória do Registo Predial de Portalegre, para instruir a escritura de compra e venda exigem uma deliberação na qual conste a identificação do prédio, tanto na CRP como nas Finanças, o valor da venda e o comprador. Querem igualmente que fique expressamente lá referido, que o ónus da reserva de propriedade não se aplica, somente o da inalienabilidade por 5 anos. Assim, deverá o competente serviço providenciar uma certidão com valor de informação, referente ao prédio em causa junto da CRP para se anexar a proposta de adjudicação que terá de ser presente em reunião de câmara, de forma a dar-se cumprimento ao disposto no artigo 18.º do regulamento aplicável, que obrigava, após o decurso de 15 dias a contar da publicitação da lista definitiva a adjudicar o prédio ao comprador. Em tempo: Este pedido carece de deliberação do executivo municipal”. --- **Deliberado por unanimidade alienar ao Senhor Fernando José Rita Cabaço, o prédio urbano sito na Rua de St.º António, n.º12, na freguesia de Alter do Chão, sob o n.º1246 e inscrito na matriz predial urbana da mesma freguesia, sob o artigo 2230 pelo valor de 25.364,96€. Não será aplicável ao Banco Montepio Geral o ónus de inalienabilidade pelo prazo de 5 anos.** -----

### PONTO SETE - EXPEDIENTE

#### UM: Setor de Gestão de Recursos Humanos – Listagem de Atestados Médicos e Juntas Médicas.-----

==Foi presente, para conhecimento, uma listagem relativa a atestados médicos e juntas médicas dos funcionários da autarquia, relativa ao período de 02 a 17 de fevereiro de 2015. --- **Tomado conhecimento.** -----

#### DOIS: Direção Geral de Energia e Geologia – Sessões Informativas no âmbito da “Campanha de Informação e Esclarecimento aos Consumidores de Eletricidade e Gás Natural.-----

==Foi presente o ofício n.º808 da entidade em apreço, referindo-se à realização de campanhas de informação e esclarecimento dos consumidores sobre o processo de extinção das tarifas reguladas e de transição dos contratos de venda de eletricidade e de gás natural a clientes finais. A Câmara Municipal será contactada pela ADENE – Agência para a Energia para uma sessão de esclarecimento e informação dirigida às principais instituições do Município. --- **Tomado conhecimento.** -----

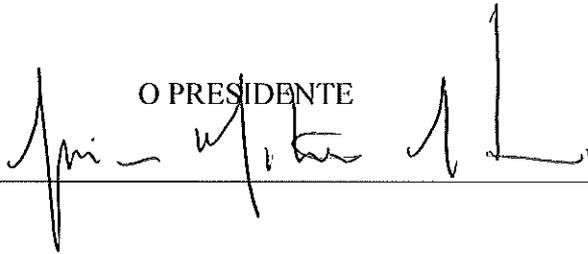
#### TRÊS: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Alter do Chão – 2015/2019.-----

==Foi presente o ofício n.º3807 da entidade em apreço, comunicando que foi analisado e aprovado o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Alter do Chão – 2015/2019, o qual tem um período de vigência de cinco anos. --- **Tomado conhecimento.** -

**QUATRO: Setor do Desporto – Plano Anual de Atividades/2015.** -----  
===Foi presente, para conhecimento, o documento referido em epígrafe. O Senhor Vereador Romão Trindade disse ter gostado de ler este relatório. --- **Tomado conhecimento.** -----

===E nada mais havendo a tratar foi, pelo Senhor Presidente, encerrada a reunião eram dezassete horas e trinta minutos.-----

O PRESIDENTE

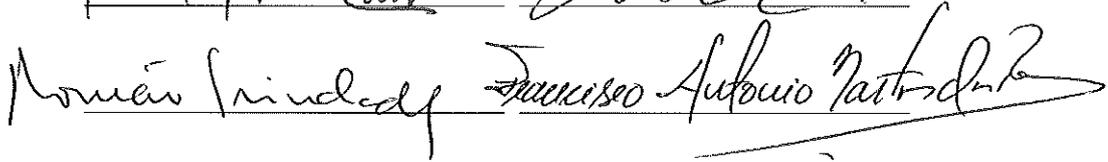


A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Mário António', written over a horizontal line.

OS VEREADORES



Two handwritten signatures in black ink, one appearing to read 'Mário António' and the other 'Alcides', written over a horizontal line.



Two handwritten signatures in black ink, one appearing to read 'Romão Trindade' and the other 'Francisco António Patrão', written over a horizontal line.